

Avanços na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos em Angola

O Parlamento de Angola aprovou, há dias, um novo Código Penal que não contempla nenhuma pena para as relações entre pessoas do mesmo sexo e permite o aborto em certos casos (perigo para a vida ou saúde da mãe ou do feto e por violação).

Perante esta decisão a Associação para o Planeamento da Família (APF) em Portugal manifesta a sua satisfação por estes importantes avanços na defesa e promoção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos naquele país irmão, em particular, o direito a assumir sem entraves a própria orientação sexual e o direito ao aborto legal e seguro. A APF felicita as organizações da sociedade civil que têm lutado para que estes avanços tenham ocorrido e disponibiliza-se para, com base na sua bem-sucedida experiência de mais de 50 anos de atuação na sociedade portuguesa, colaborar no aprofundamento destas conquistas no domínio dos direitos humanos, nomeadamente, a nível da educação sexual de modo a melhorar os indicadores de Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) do país.

O novo quadro legal angolano, que terá agora de ser traduzido em medidas para a sua efetiva concretização no terreno, é tanto mais importante quanto se sabe existir uma tendência crescente em vários países africanos e do médio oriente para aprovar novas leis que criminalizem a homossexualidade, ou para o reforço da aplicação da legislação já existente.

A APF, fundada em 1967, é uma organização não-governamental para o desenvolvimento, uma associação de família e uma instituição privada de solidariedade social que atua em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira em áreas muito diversas que incluem o combate ao tráfico de seres humanos, a prevenção das infeções sexualmente transmissíveis, a educação sexual nas escolas ou a erradicação da mutilação genital feminina. A APF é membro da International Planned Parenthood Federation.

Lisboa, 26.01.2019

Website: <http://www.apf.pt/>

Facebook: <https://www.facebook.com/apfamilia/>